



Mídia e Deficiência: concepção e conhecimento de jornalistas que atuam em redações diárias¹

Elaine Aparecida de SOUZA²
Loriza Lacerda de ALMEIDA³
Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

RESUMO:

Este artigo lança um olhar sobre a relação da mídia com o tema deficiência. Sob a ótica de produtores, repórteres, editores e chefes de redações diárias, a pesquisa de campo e de caráter qualitativo busca retratar o conhecimento e a concepção de jornalistas, que atuam ou já atuaram na região de Bauru (SP), sobre o universo das deficiências em contraponto aos referenciais teóricos. Eles estão atualizados sobre os conceitos e as discussões mais recentes nesse campo? Entre os resultados, identificamos, por exemplo, que embora haja esforço para abordar o tema, 100% do público entrevistado desconhece manuais de mídia sobre deficiência. A proposta do artigo não é impor conhecimentos de manuais, mas identificar a visão desses profissionais e fomentar a reflexão sobre o quanto podem contribuir para a disseminação de conceitos mais plurais sobre a pessoa com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia e deficiência, pessoas com deficiência, jornalistas.

Introdução

Estudos das organizações não-governamentais Agência de Notícias dos Direitos da Infância – Andi (VIVARTA, 2003) e Escola de Gente (2002, 2005) quantificam e qualificam, por meio de análise do discurso e de enquadramento, enunciados produzidos pela mídia sobre o tema deficiência em âmbito nacional. Para Claudia Werneck, pesquisadora e presidente da Escola de Gente, “a mídia brasileira continua – com exceções – abordando o tema deficiência de forma descontextualizada” (ESCOLA DE GENTE, 2005, p.10). Essas organizações apontam equívocos e representações negativas na produção de sentido de temas relativos às deficiências nas matérias analisadas em suas pesquisas. Poucos estudos, porém, vão a campo,

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã

² Jornalista, pós-graduada em nível de Especialização em Linguagem, Cultura e Mídia pela FAAC/Unesp, e-mail: nandesousa@hotmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Ciências Sociais, Professora Assistente Doutora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Júlio de Mesquita Filho, e-mail: loriza@faac.unesp.br.



desarmados, para identificar junto aos atores sociais que produzem as reportagens o nível de conhecimento sobre o tema deficiência e o envolvimento dos mesmos com essa pauta social. Silva (2007) trilhou esse caminho em busca das representações sociais que poderiam ser encontradas nos jornais impressos do Rio Grande do Norte em relação às pessoas com deficiência. Numa associação livre de palavras, a pesquisadora identificou entre 34 jornalistas entrevistados que os termos “preconceito” e “dificuldade” foram evocados de forma significativa numa associação do que representa para eles a chamada deficiência (SILVA, 2007).

É nessa perspectiva que o tema deficiência é abordado neste artigo. Em vez de realizar análises de matérias já produzidas para apontar possíveis equívocos ou acertos, verificou-se o que os jornalistas – produtores dos conteúdos – sabem e pensam sobre o tema. Para isso, 15 jornalistas compõem o universo pesquisado (Apêndice A). Por meio de questionário, indagou-se: 1) o que lhe vem à mente quando ouve o termo deficiência? 2) Como você nomeia quem tem algum tipo de deficiência? 3) Como você acha que a sociedade vê aqueles que têm algum tipo de deficiência? 4) Qual a responsabilidade da mídia na disseminação dessa visão? 5) Você acha que a mídia pode contribuir para mudar/ ampliar/ esclarecer as questões ligadas à deficiência? 6) O que você entende por inclusão? Essas são algumas das 15 questões (Apêndice B), entre perguntas abertas e semi-fechadas, respondidas pelos sujeitos entrevistados. Ao dialogar sobre essas questões, os jornalistas foram provocados a refletir sobre um tema que traz em si uma histórica carga de discriminação e a se manifestar sobre a visão que têm sobre esse público – muitas vezes retratado por eles. A escolha de nomes e seleção de endereços se deu a partir da disponibilidade da rede de profissionais em contato com a autora. Dessa forma, foi selecionada uma amostra de jornalistas com cargos estratégicos⁴ nos sete principais veículos de comunicação de Bauru com redações diárias e comerciais, a saber: TV TEM, afiliada da Rede Globo; TV Record Paulista; Jornal Bom Dia; Jornal da Cidade; Rádio 94 FM; Rádio 96 FM; Rádio Auriverde AM. O universo de entrevistados traz ainda jornalistas de outras cidades, um deles com deficiência motora declarada por ele (SUJEITO 15). A metodologia utilizada valeu-se da familiaridade e facilidade de acesso dos sujeitos entrevistados com os meios digitais. Assim, em vez de

⁴ Chefes de reportagem, produtores e chefes de produção, editores chefes, diretores de jornalismo e repórteres especiais (que muitas vezes têm liberdade para definirem suas pautas).



entrevistas pessoais, que demandariam a conciliação de agendas, optou-se por envio de questionários por correio eletrônico, com prazo de entrega determinado em seis dias, para a coleta de dados. Ao todo, foram enviados 22 questionários. Antes, porém, a autora fez contato telefônico com cada jornalista selecionado para explicar os objetivos da pesquisa e o termo de consentimento. Do total de questionários enviados, 15 foram devidamente respondidos no prazo previsto. Com seis perguntas abertas e nove semi-fechadas, o questionário procurou identificar o pensamento do profissional jornalista sobre o tema abordado, independentemente da linha editorial do veículo para o qual ele trabalhava no momento.

As deficiências: conceitos, números e terminologias

Cerca de 45,6 milhões de brasileiros têm pelo menos uma deficiência, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado em julho de 2012 com base em dados colhidos em 2010. O número contrasta com os 24 milhões de deficientes informados no censo de 2000 e corrobora as informações sobre a tendência de crescimento do número de pessoas com deficiências contidas no Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011), produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Grupo Banco Mundial com a meta de, entre outros objetivos, facilitar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). “Em vigor desde maio de 2008, esse tratado internacional pretende reforçar a compreensão que temos sobre deficiência como uma prioridade de direitos humanos e de desenvolvimento.” (OMS, 2011, p. 9). Em Bauru, cidade com população total de 343.937 habitantes, segundo contagem do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, e onde atuavam 73% dos sujeitos desta pesquisa, 97.855 mil pessoas declararam ter alguma deficiência em seus diferentes graus (IBGE, 2010). Somando apenas aquelas que declaram que “não conseguem de modo algum” ou que “têm grande dificuldade” para as deficiências clássicas, o número cairia para 26 mil bauruenses com deficiência. Mesmo assim, é um número significativo de declarantes.

Em virtude das diferentes abordagens para estimar e mensurar as incapacidades, é difícil afirmar se, nos últimos anos, cresceu o número de pessoas com deficiência ou se aumentou o número de pessoas que se declaram deficientes, justamente porque, de acordo com recomendações da Organização Mundial da Saúde, os levantamentos de censos demográficos,



como o realizado pelo IBGE em 2010, passaram a perguntar sobre a existência de alguma deficiência e incapacidade funcional e o grau percebido, como pontua Garcia:

O IBGE solicita uma avaliação funcional sobre o grau de dificuldade das pessoas para andar/subir escadas, ouvir e enxergar, além de uma pergunta direta sobre a deficiência mental/intelectual. O entrevistado, assim como faz para outras variáveis como renda ou trabalho, responde se tem total, grande ou alguma dificuldade permanente para realizar tais ações - ou se não tem nenhuma dificuldade. (GARCIA, 2012, s.p.)

É inquestionável a importância de quantificar essas pessoas para dar suporte à elaboração de políticas públicas. E as diretrizes recomendadas pelo Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) buscam justamente melhorar as estatísticas nacionais sobre incapacidade. O fato é que, como afirma Garcia (2012) sobre o enquadramento como deficiente: “temos, de um lado, critérios técnicos, clínicos e objetivos para definir o direito ou não de usufruir uma série de direitos; de outro, uma auto-declaração subjetiva sobre graus variados de dificuldades para determinadas ações”. Daí a dificuldade de calcular esse universo. “De maneira geral, quando pensamos em pessoas com deficiência de imediato remetemos aos cadeirantes, cegos, pessoas com deficiência auditiva e/ou deficiência intelectual/cognitiva.” (GARCIA, 2012, s.p.). Por isso, Garcia defende uma distinção entre o que denomina conjunto de pessoas com deficiências “tradicionais”, incluindo nessa categoria apenas aqueles que declararam “total” ou “grande” incapacidade para andar, ouvir ou enxergar, além dos que disseram “sim” sobre a deficiência mental/intelectual. Dessa forma, foram excluídos do grupo aqueles que disseram ter apenas “alguma dificuldade”, chamando-os de pessoas com “limitação funcional leve” (GARCIA, 2012). Nessa perspectiva, Garcia calcula: o número de pessoas com deficiência no Brasil teria variado de 7,0 milhões em 2000 para 12,7 milhões em 2010, representando 6,7% da população. Já o contingente de pessoas com limitação funcional foi de 17,2 milhões em 2000 para 32,8 milhões em 2010, 17,2% da população (GARCIA, 2012). Somando tudo, o número de pessoas com deficiência no Brasil alcançaria os 45 milhões anunciados em 2012 pelo IBGE.

Para além dos números, há um universo paralelo de pessoas, com variados tipos de “perdas ou anormalidades na estrutura corporal ou na função fisiológica (incluindo as funções mentais)”, para usar os termos da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) na conceituação de uma deficiência, que querem participar da sociedade - não em pé de



igualdade, mas numa ética da diversidade, como pontua Claudia Werneck em seu livro *Você é gente?*, publicado pela Editora WVA em 2003. A autora explica que esta ética surge como um contraponto à chamada “ética da igualdade”, que admite o que poderíamos chamar de “modelos de gente” e, assim, acaba por valorizar única e exclusivamente o que as pessoas têm de semelhança (WERNECK, 2003).

De acordo com o Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011), o preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) reconhece que a deficiência é um “conceito em evolução”, mas destaca que:

A deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Definir a deficiência como uma interação significa que a deficiência não é um atributo da pessoa. O progresso na melhoria da participação social pode ser realizado lidando com as barreiras que afetam pessoas com deficiência na vida diária. (OMS, 2011, p. 4).

Mídia e deficiência: panorama

Historicamente restritas ao interesse de quem tem alguma experiência pessoal ou profissional com o tema e a grupos militantes, no âmbito das pesquisas as questões ligadas ao universo das deficiências que extrapolam os aspectos técnicos e legais têm conseguido mais espaço em áreas como Educação, Sociologia e Psicologia Social. Mesmo assim, seus autores costumam ter mais algum laço com o tema além do interesse científico. O jornalista, escritor e psicólogo Emílio Figueira, por exemplo, publica sobre o tema porque está entre os mais de 45 milhões de brasileiros que convivem com alguma deficiência. Com a autoridade de quem vive o problema, Figueira comenta sobre a representação social da pessoa com deficiência e a importância da mídia neste contexto:

Não adianta reabilitar o indivíduo física, intelectual e profissionalmente se a sua imagem não for recuperada perante a sociedade, de maneira que esta o aceite naturalmente. Dessa forma, os meios de comunicação de massa [...] surgem como as principais alternativas para este fim. (FIGUEIRA, 2011, s.p.)

Jairo Marques, um jornalista “malacabado”, como ele mesmo denomina as pessoas com algum tipo de deficiência, é outro exemplo de “militância”, embora não defenda os clássicos manuais do “politicamente correto”. Como jornalista do Grupo Folha de S. Paulo e como cadeirante – e, portanto, ser vivente que conhece na prática os problemas relativos ao universo



da deficiência – Jairo tem contribuído com a inclusão por meio do Blog Assim Como Você. Numa linguagem irreverente, ele traz a leveza que o tema deficiência tanto precisa para ser encarado de fato por deficientes e não deficientes, incluindo mídia e sociedade em geral. É fato que o preconceito não está recortado numa palavra equivocada ou ultrapassada, como tantas destacadas em manuais de deficiência produzidos para a mídia, mas é preciso ter claro que quando usada por um jornalista a palavra pode ganhar significados e conotações que antes não possuía. Nessa perspectiva, um manual de estilo elaborado pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde para jornalistas e comunicadores (CORDE, 1996) reforça o papel da mídia na influência da interpretação da sociedade sobre os principais temas de interesse coletivo. “Se a informação não é cuidada, acaba reforçando estigmas e posturas preconceituosas transmitidos culturalmente.” (CORDE, 1996, p. 4). Como afirma o sujeito 1 desta pesquisa: “Há uma evolução nas terminologias e também é importante saber como eles querem ser chamados. Não podemos reforçar preconceitos” (SUJEITO 1). O livro Mídia e Deficiência (2003) traz um capítulo, assinado pelo pesquisador e consultor em inclusão social Romeu Sasaki, com uma espécie de glossário das terminologias mais indicadas para se referir a este público tão diverso. Trata-se de um manual importante para utilização nas redações. Porém, tais materiais parecem não ser conhecidos - talvez porque não sejam muito divulgados; talvez porque os profissionais não pesquisem o tema (ou ambos). O fato é que, nesta pesquisa, 100% do universo de sujeitos entrevistados (15) admitiu nunca ter ouvido falar em manuais para a mídia sobre deficiência. Entre os entrevistados, 80% também admitiram não conhecer o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Nas declarações dos entrevistados também é evidenciado o distanciamento da sociedade em relação ao tema: “Sinceramente, acho que a sociedade tem dificuldade de enxergar essas pessoas. Não sei se seria preconceito” (SUJEITO 5). Para o sujeito 15, que tem uma deficiência motora, quando a sociedade enxerga os deficientes, trata-os com “desigualdade, desconfiança e até intolerância” (SUJEITO 15). Em relação à mídia, para o sujeito 15, o deficiente ainda é mostrado nas matérias como um coitado. E ele vai além: “A mídia tenta se colocar como defensora dos direitos, mas quando se leva em consideração o lado profissional, o que se vê é um preconceito latente. Quantos deficientes ocupam espaço como profissionais de uma emissora de TV? Alguém conhece algum?” (SUJEITO 15).



Na maioria das vezes, infelizmente, a pessoa com deficiência é vista com piedade, como pontua o sujeito 4: “Em geral, a sociedade vê essas pessoas com piedade ou as julga incapazes” (SUJEITO 4). Opinião que vai ao encontro do que disse Sasaki (informação verbal⁵), segundo o qual tanto a mídia quanto a sociedade tendem a tratar o deficiente como "coitadinho" ou como “vencedor” e “herói” no caso dos exemplos de superação.

Resultados e discussões

“O que lhe vem à mente quando você ouve o termo deficiência?” foi a primeira questão feita ao jornalista, emendando o pedido de citação de três palavras que remetem ao universo das deficiências no cotidiano das redações. Para essa pergunta as palavras “inclusão” e “superação” foram citadas por 33% dos sujeitos entrevistados e o termo “dificuldade” foi lembrado por 20% deles. Outras palavras foram lembradas pelos jornalistas, como “despreparo”, “ignorância” e “desdém”.

Questionados sobre como nomeiam quem tem deficiência, 33% dos sujeitos entrevistados afirmaram usar o termo “portador de deficiência”; destes, 17% usam também “portador de necessidades especiais” e justificam o uso da expressão por ser a maneira definida pelos manuais das redações onde atuam e ser a expressão considerada menos preconceituosa. Sobre essas terminologias, o jornalista Jairo Marques escreveu o bem-humorado artigo *Portadores de quê, menino?* (2010), comentando a inscrição sinalizada numa livraria: “Fila reservada para portadores de deficiências especiais” e se aprofunda:

Esse negócio de "necessidades especiais" já saiu de moda há mais tempo que o pirulito Dip-Lik, aquele que vinha com um pozinho azedo e só criança mesmo para achar gostoso. Agora, portador de deficiências especiais já é caso de pedir a internação do redator porque ele pirou geral. Promover a acessibilidade e dar condições a todos de ter vida social, cultural e profissional não tem nada de "especial", é básico, é direito. /.../ Criar termos pomposos, a meu ver, é puro eufemismo e só distancia mais ainda dos ditos normais as pessoas com deficiência - termo considerado objetivo e adequado pela ONU em convenção ratificada pelo Brasil. (MARQUES, 2010, s.p.).

Por outro lado, 67% dos sujeitos entrevistados demonstraram clareza e interesse em entender a evolução das terminologias ao se referir às pessoas com deficiência. Um deles, inclusive,

⁵ Durante a palestra *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*, ministrada no 6º Encontro da Rede Profis, realizado em julho de 2006, na cidade de Bauru (SP).



demonstrou conhecer as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre esse assunto e citou ter acompanhado as mudanças históricas dessas terminologias: “Nomeio como pessoa com deficiência por ser a atual nomenclatura da ONU para esses cidadãos e por considerá-la mais adequada que as anteriores [...]” (SUJEITO 4). Outro sujeito entrevistado explica como se comporta diante de eventuais dúvidas: “Adotei a prática de perguntar como preferem ser chamados. Antes usava portador de deficiência, mas depois percebi que cegos, surdos ou paraplégicos muitas vezes preferem usar as palavras mais curtas e definidoras mesmo.” (SUJEITO 1). O sujeito 9 também reforça a importância de usar os termos corretos: “[...] sempre consulto alguma entidade para confirmar. [...]. A referência já mudou várias vezes desde que iniciei minha atuação na área.” (SUJEITO 9).

A preocupação estanque com a terminologia, sem apoio de informações técnicas, também pode levar à perpetuação de equívocos, a exemplo do uso da expressão “portador de necessidades especiais”. Surgido para se referir a necessidades educacionais especiais (SASSAKI, 2002), o termo se disseminou entre os veículos de comunicação e passou a ser usado aleatoriamente com o intuito de tratar os deficientes com mais respeito, de acordo com as concepções do que consideram ser politicamente correto. E essa ideia é reforçada neste trabalho por 33% dos sujeitos entrevistados.

Sobre a visão da sociedade a respeito de quem tem uma deficiência, 60% dos entrevistados registraram a impressão de que essas pessoas ainda são vistas como quem precisa de apoio, ajuda, e muitas vezes parecem ser fragilizadas. E o mesmo percentual (60%) também reconhece que essas pessoas vêm ganhando mais visibilidade, embora seja necessário avançar.

E, afinal, qual a responsabilidade da mídia na disseminação dessa visão? Como ela pode contribuir para mudar/ampliar/esclarecer as questões ligadas à deficiência? Na maioria dos relatos dos sujeitos entrevistados fica claro que há boa vontade por parte dos jornalistas, mas falta sempre alguma coisa: “[...] falta profundidade no trato do tema. Ao mesmo tempo vejo a mídia refém da falta de demanda da própria sociedade por essa discussão mais profunda.” (SUJEITO 5). Do total, 67% dos sujeitos entrevistados dão mostras em suas respostas de um entendimento assistencialista sobre a responsabilidade da mídia em relação a quem tem uma deficiência, a exemplo da declaração a seguir: “A mídia pode contribuir ajudando essas pessoas, sendo carinhosa com elas, demonstrando amor. Não podemos dar as costas para os



portadores de deficiência, eles merecem todo o nosso respeito.” (SUJEITO 3). Ao declarar que os deficientes necessitam desse tipo de atenção e que a mídia deve ajudá-los, o sujeito 3 reforça, embora não intencionalmente, a condição estereotipada dos deficientes como “coitados” e “vítimas”. Tal postura, ainda que inconsciente, enfatiza a ideia de impotência e dependência ligada às pessoas com deficiência, revigorando a discriminação.

Outro ponto que merece destaque entre os relatos obtidos nesta pesquisa é a reprodução da ideia de distanciamento, apresentada por 87% dos entrevistados, entre quem tem uma deficiência e quem não tem nenhuma limitação. Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), “[...] tendências globais tais como o envelhecimento da população e aumento mundial das condições crônicas de saúde, mostram que a prevalência da deficiência está aumentando.” (OMS, 2011, p. 334). Se os formadores de opinião não compreenderem a dimensão dessa realidade tendem a ficar presos aos rótulos e à reprodução de conceitos ultrapassados sobre a deficiência. Ao escolher entre o termo integração ou inclusão, por exemplo, o jornalista precisa ter consciência de que tais vocábulos não são sinônimos e que trazem consigo diferenças políticas e ideológicas em sua construção conceitual (VIVARTA, 2003). Ao serem indagados sobre o que entendem por inclusão, 40% dos entrevistados nesta pesquisa apresentaram visão restrita e até ingênua sobre o conceito, como: “incluir é dar oportunidade a quem precisa” e “inclusão é entender que todos somos iguais e temos os mesmos direitos”. Apesar disso, é fato que todos (100%) demonstraram respeito e interesse por quem tem alguma deficiência - outro ponto positivo identificado neste trabalho e que contraria os estudos de Werneck (2003) e da Escola de Gente (2005).

Os jornalistas entrevistados também foram indagados se já refletiram sobre as terminologias relativas ao universo das deficiências. Da amostra total, 27% admitiram nunca terem pensado no assunto. E dentre os 73% que afirmaram já ter refletido sobre essas terminologias, 27% ainda demonstraram usar conceitos e termos ultrapassados. Para além dos detalhamentos e radicalismos dos manuais do “politicamente correto”, este trabalho visa contribuir para a reflexão do público pesquisado sobre como os conceitos relativos à deficiência têm sido disseminados. Questionados, 87% dos entrevistados afirmaram se sentir preparados para cobrir o tema deficiência, argumentando que mesmo não conhecendo tão bem o assunto podem buscar informações com especialistas. Um número um pouco menor (67% do universo entrevistado) julga que os colegas de trabalho também estão preparados para abordar o



assunto. Por outro lado, 67% dos entrevistados afirmaram não acompanhar as ações de conselhos ligados à deficiência, como o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade; 100% afirmaram não conhecer nenhum manual sobre mídia e deficiência; e, 80% admitiram não conhecer o Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde com um retrato abrangente sobre o universo da deficiência.

O fato é que o discurso jornalístico cria significados e tem alto poder persuasivo. O jornalista forma opinião, dissemina informação e, como bem afirmou o Sujeito 4 desta pesquisa, “tem entre suas missões quebrar paradigmas”. Se esse profissional não souber o conceito de inclusão, por exemplo, como ele vai elaborar ou editar uma matéria esclarecedora sobre o assunto?

Considerações finais

Do material obtido nesta pesquisa, há fortes indicativos de que a representação social das pessoas com deficiência ocorre numa relação viva e complexa que se dá no desenrolar da convivência social. Tão viva e complexa quanto é a própria língua portuguesa e, em consequência, como são as terminologias que passam por transformações históricas. Por isso, mais do que usar o termo considerado correto, a sociedade precisa se abrir para a experiência da diversidade e entender que as pessoas com deficiência são heterogêneas e vão muito além dos estereotipados pontos de vista que só enxergam os usuários de cadeira de rodas e poucos outros grupos “clássicos” como os cegos e os surdos (OMS, 2011).

Daí a importância de atores sociais, como os jornalistas, ampliarem a compreensão e o debate sobre o tema. A pesquisa identificou, por exemplo, que 60% dos jornalistas entrevistados percebem que a pessoa com deficiência é vista como quem precisa de ajuda ou é fragilizada. Outra parte deles acredita que todo deficiente é capaz de surpreender a sociedade com exemplos de heroísmo e superação de barreiras. Como são profissionais imersos na mesma rede sociocultural que todas as pessoas, nota-se que os jornalistas também são passíveis de incorporar valores intrínsecos ao senso comum. Mais cuidado na apuração da escrita é necessário, mas não basta. É preciso modificar a visão e ampliar o conceito sobre as deficiências.



Em relação à responsabilidade da mídia na disseminação de informações mais plurais sobre deficiência, 67% dos entrevistados acreditam em ações pontuais que “ajudem os deficientes”. Por outro lado, reafirmam o distanciamento entre quem tem e quem não tem uma deficiência referindo-se “a eles” (os que apresentam alguma deficiência) como um universo à parte sobre quem pouco conhecem. Em sua totalidade (100%) os entrevistados afirmam não conhecer manuais de mídia sobre deficiência e grande parte deles (80%) não conhece o Relatório Mundial sobre Deficiência produzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda assim, 87% se sentem preparados para cobrir essa pauta social. E 100% demonstra respeito por essa parte da sociedade que ainda depende de força de lei para ver cumpridos muitos dos direitos assegurados no papel. Com este trabalho fica a certeza de que os 15 jornalistas que integram o universo pesquisado despertaram para o tema, ao menos enquanto respondiam às 15 perguntas do Apêndice B. Tanto que registraram sugestões para que esse cenário melhore:

- Ampliar as abordagens do tema deficiência de modo a deslocar a atenção da limitação em si e apontar caminhos propostos, por exemplo, pela evolução da Ciência e da Medicina (SUJEITOS 7, 9 e 14);
- Contar as histórias de vida dessas pessoas sem carregar nas adjetivações (SUJEITOS 1, 2, 6 e 12);
- Adotar nas redações um manual de conduta relativo às deficiências, que não se limite a regras, mas estabeleça uma agenda do tema na sociedade (SUJEITOS 4 e 13);
- Dar voz às pessoas com deficiência nas matérias jornalísticas e não apenas falando delas (SUJEITOS 3 e 8).

Para além das observações pontuadas pelos sujeitos entrevistados, a pesquisa traz indicativos de que os jornalistas não dispõem – ou dispõem pouco – de assessoria técnica por parte das instituições especializadas em deficiência. Sem dúvida, tal assessoria poderia ampliar a visão dos profissionais e contribuir com a elaboração de matérias mais plurais, capazes de favorecer a conscientização e o entendimento público sobre as implicações do tema, confrontando percepções negativas ou equivocadas e valorizando cada vez mais a ética da diversidade.

APÊNDICE A - Quadro com perfil dos jornalistas entrevistados

	Gênero	Faixa etária	Tempo de atuação em Jornalismo	Tipo de mídia em que atua
Sujeito 1	Fem.	Entre 40 e 49 anos	Entre 16 e 20 anos	Jornal impresso com versão eletrônica
Sujeito 2	Masc.	Entre 20 e 29 anos	Entre 6 e 10 anos	Jornal impresso com versão eletrônica
Sujeito 3	Masc.	Entre 40 e 49 anos	Entre 31 e 35 anos	Rádio
Sujeito 4	Masc.	Entre 30 e 39 anos	Entre 11 e 15 anos	Televisão
Sujeito 5	Masc.	Entre 40 e 49 anos	Entre 16 e 20 anos	Rádio
Sujeito 6	Fem.	Entre 30 e 39 anos	Entre 6 e 10 anos	Televisão
Sujeito 7	Masc.	Entre 30 e 39 anos	Entre 16 e 20 anos	Televisão
Sujeito 8	Masc.	Entre 40 e 49 anos	Entre 21 e 25 anos	Televisão
Sujeito 9	Fem.	Entre 30 e 39 anos	Entre 16 e 20 anos	Jornal impresso com versão eletrônica
Sujeito 10	Masc.	Entre 40 e 49 anos	Entre 16 e 20 anos	Jornal impresso com versão eletrônica
Sujeito 11	Fem.	Entre 30 e 39 anos	Entre 6 e 10 anos	Rádio
Sujeito 12	Masc.	Entre 20 e 29 anos	Até 5 anos	Televisão
Sujeito 13	Masc.	Entre 40 e 49 anos	Entre 26 e 30 anos	Jornal impresso com versão eletrônica
Sujeito 14	Masc.	Entre 30 e 39 anos	Entre 6 e 10 anos	Televisão
Sujeito 15	Masc.	Entre 30 e 39 anos	Entre 11 e 15 anos	Jornal impresso com versão eletrônica

APÊNDICE B - Questionário de coleta de dados

Protocolo de identificação dos pesquisados

Sujeito:

Faixa etária:

Gênero:

Formação:

Tempo de atuação em Jornalismo:

Tipo de mídia em que atua:

As perguntas, a seguir, devem ser respondidas apenas por jornalistas, considerando o contexto de seu cotidiano profissional e suas experiências de vida.

Abertas:

- 1) O que lhe vem à mente quando você ouve o termo Deficiência? Cite 03 palavras que remetam ao universo das deficiências no cotidiano das redações.
- 2) Como você nomeia quem tem uma deficiência? Por quê?
- 3) Como você acha que a sociedade vê aqueles que apresentam algum tipo de deficiência?
- 4) Qual a responsabilidade da mídia na disseminação dessa visão?
- 5) Você acha que a mídia pode contribuir para mudar/ampliar/esclarecer as questões ligadas à Deficiência? Como?
- 6) O que você entende por Inclusão?

Semi-fechadas:

- 1) Você já ouviu falar no Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011?
Sim () Não ()
Se sim, o que se fala sobre a mídia? _____
- 2) Você acompanha as ações do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) ou de outro conselho ligado a esse tema?
Sim () Não ()
Se sim, com qual frequência e com que objetivo? _____
- 3) Você conhece algum manual para a mídia sobre deficiência?
Sim () Não ()
Se sim, qual? _____
- 4) Você já refletiu sobre as terminologias relativas ao universo das deficiências?
Sim () Não ()
Se sim, em que aspecto? _____
- 5) Você considera que o veículo para o qual trabalha dá espaço para o tema Deficiência?
Sim () Não ()
Se sim, com que profundidade? _____
- 6) Quando foi e qual foi a última matéria que você pautou ou editou sobre o tema Deficiência? _____
- 7) Você se acha preparado e capacitado para cobrir o tema Deficiência?
Sim () Não ()
Por quê? _____
- 8) Considera que os repórteres da redação onde você atua estão preparados para abordar o tema Deficiência?
Sim () Não () Por quê? _____
- 9) Tem alguma sugestão sobre como abordar esse tema? Qual? _____
Comentário(s) sobre o que foi abordado e/ou a iniciativa de uma pesquisa sobre este tema e/ou ter participado da pesquisa.

REFERÊNCIAS

CORDE-CVI/RJ. **Mídia e deficiência**: manual de estilo. 3. ed. Brasília, 1996.

ESCOLA DE GENTE. **Manual da mídia legal**: comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

_____. **Manual da mídia legal 4**: comunicadores pela educação. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

FIGUEIRA, E. As deficiências representadas na mídia e o papel da psicologia social. **Planeta Educação**. 2011. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1871>>. Acesso em: 24 mar. 2015

GARCIA, V. G. Quem e quantas são as pessoas com deficiência no Brasil? **Portal inclusive**. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=22887>>. Acesso em: 24 mar. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: População residente por tipo de deficiência permanente. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/amostra/>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

_____. **População de Bauru em 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350600&search=sao-paulo|bauru|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 26 mar. 2015

MARQUES, J. **Portadores de quê, menino?** Blog assim como você. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com.br/2010/09/jairo-marques-portadores-de-que-menino.html>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, OMS. **Relatório Mundial sobre a Deficiência** / World Report on Disability; direito de tradução em língua portuguesa à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Lexicus serviços linguísticos. São Paulo: [s.n.], 2011.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista nacional de reabilitação**. São Paulo, v. 5, n. 24, p.6-9, jan./fev. 2002.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165.

SILVA, M. C. S. C. da. **Inclusão e deficiência: em busca das representações sociais na mídia impressa em Natal (RN)**. / Maria do Carmo Soares Costa da Silva. – Natal, 2007. Disponível em: <<http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/MariadoCarmoSoaresCostadaSilva.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2015.

VIVARTA, V. **Mídia e deficiência**. Brasília: ANDI; Fundação Banco do Brasil, 2003.

WERNECK, C. **Você é gente? O direito de nunca ser questionado sobre o seu valor humano**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.